



REPORTAGEM DE CAPA



IMPASSE NO ABISMO

Será possível punir a corrupção sem quebrar as maiores empreiteiras e inviabilizar a retomada do crescimento?

por CARLOS DRUMMOND*

SE ALGUÉM DUVIDAVA dos efeitos da Operação Lava Jato sobre a saúde financeira das maiores empreiteiras do Brasil, nada poderia ser mais esclarecedor que o iminente pedido de recuperação judicial da OAS, a terceira maior construtora do País, dado como certo pelo setor na noite da quinta-feira 26, data do fechamento desta edição. Financeiramente abalada pelo envolvimento nos escândalos investigados pela Operação Lava Jato, a empreiteira tem atrasado o pagamento de fornecedores. Instada a se pronunciar sobre os rumores, a empresa respondeu: “A OAS continua em discussões com o mercado”.





NECESSIDADES DE INVESTIMENTO 2015-2018

EM BILHÕES DE REAIS

SETORES*	2010-2013	2015-2018	VAR. (%)
 PETRÓLEO & GÁS	358	509	42,1
 Elétrico	191	192	0,5
 Telecomunicações	102	141	37,8
 Infraestrutura social	53	87	64,6
 Rodovias	62	80	29,1
 Ferrovias	23	45	98,9
 Portos	15	36	141,0
 Aeroportos	11	16	49,5
 INFRAESTRUTURA DE LOGÍSTICA	457	598	30,8

*Setores só com dados de perspectivas para 2015-2018: bebidas (indústria) R\$ 32 bilhões; resíduos sólidos urbanos (infraestrutura) R\$ 5 bilhões

Fonte: Comitê de Análise Setorial/BNDES

ILUSTRAÇÃO: ESTELLA MARIS,
FOTOS: ISTOCKPHOTO E SHUTTERSTOCK

A OAS foi fundada em 1976 por três sócios, um deles, César de Araújo Mata Pires, 65 anos, genro do falecido cacique político da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Uma das maiores doadoras de campanhas políticas, obteve contratos no Brasil e no exterior para a construção de plataformas de petróleo *offshore*, rodovias e estádios para a Copa do Mundo. A fortuna de Mata Pires caiu de 7 bilhões para 1 bilhão de dólares depois da investigação da Polícia Federal, na Operação Lava Jato, na sede do grupo em São Paulo, no ano passado, com a prisão de vários

executivos por suposta participação em um cartel de pagamento de funcionários da Petrobras para fraudar licitações e obter contratos. Para garantir os pagamentos devidos aos detentores de títulos no exterior, com queda de 88%, para 12 centavos de dólar, desde as prisões, a Justiça decidiu no dia 19 expropriar a sua fatia de 25% na Invepar, controladora do aeroporto de Guarulhos, do metrô do Rio de Janeiro e de seis rodovias. No dia seguinte, o Ministério Público Federal acusou a OAS e cinco outras empresas de desvio de fundos públicos no valor de 4,5 bilhões de

reais e exigiu a proibição da sua participação nas concorrências públicas.

A construtora baiana não deve ser a única a seguir esse caminho. Rumores insistentes davam conta de que duas construtoras de médio porte igualmente optariam pela recuperação judicial. A situação é preocupante.

O cancelamento, pela Petrobras, da encomenda no exterior de quatro sondas para extração de petróleo; a declaração, pelo Estaleiro Atlântico Sul, sociedade entre Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e investidores japoneses, de

rompimento do contrato de produção de sondas de prospecção de petróleo à Sete Brasil, principal fornecedora do pré-sal, por falta de pagamento; a paralisação das obras da Construtora Galvão na BR-153, entre Tocantins e Goiás, pela dificuldade em obter financiamento do BNDES; e a busca de um acordo de leniência pela Construtora Engevix para escapar da extinção são outras evidências de uma crise de solvência com risco de se transformar rapidamente em uma crise de crédito. Reforça essa possibilidade o rebaixamento da classificação de risco da Petrobras e das construtoras OAS, Andrade Gutierrez Queiroz Galvão, Galvão Participações, Galvão Engenharia e Mendes Júnior pelas agências internacionais, por implicar redução e encarecimento do crédito nos bancos e virtual fechamento do acesso ao mercado de capitais internacional. O rebaixamento da Petrobras, anunciado na terça-feira 24 pela agência Moody's, aumentou os receios de perda do grau de investimento pelo Brasil.

Imbuídos da republicana missão de su-
focar um dos históricos e talvez maior
canal de corrupção do País, o elo en-
tre a licitação de grandes obras e a ir-
rigação de campanhas eleitorais e dos
cofres particulares de políticos de vários
matizes, os investigadores e juizes na li-
nha de frente da apuração estão diante
de um enorme dilema: é possível levar a
cabo a limpeza ética sem jogar por terra
a economia e inviabilizar o Brasil por um
período razoavelmente longo?

Os desafios da retomada do cresci-
mento não são poucos e estão direta-
mente ligados aos serviços prestados
pelas construtoras. Para crescer, o País
necessita de vultosos investimentos em
infraestrutura. O levantamento mais
recente do Banco de Desenvolvimento
Econômico e Social calcula o tama-
nho desse esforço. Até 2018 serão ne-
cessários 509 bilhões de reais na área



de petróleo e gás e 598 bilhões em infraestrutura de logística, os impulso-
nadores dos investimentos, segundo
um estudo publicado pelo BNDES em
dezembro. A infraestrutura de logísti-
ca inclui investimentos nos segmentos
elétrico (192 bilhões), de telecomunica-
ções (141 bilhões), infraestrutura social
(87 bilhões), rodovias (80 bilhões), fer-
rovias (45 bilhões), portos (36 bilhões)
e aeroportos (16 bilhões).

Na melhor das hipóteses, a crise de-
verá durar até 2016, mas pode estender-
se a 2019, avaliam grandes construtoras
que, desde o início da Lava Jato, trocam
avaliações com frequência sobre as pers-
pectivas dos negócios e da economia. Se a
operação impedir ou dificultar os acordos
de leniência defendidos pela presidenta
Dilma e pelo advogado-geral da União
Luís Adams, haverá uma quebra de ge-
ral, muito além do setor de construtoras e

NA PIOR DAS HIPÓTESES, A ATUAL CRISE ECONÔMICA PODE ESTENDER-SE ATÉ 2019, AVALIAM AS CONSTRUTORAS



da cadeia produtiva da Petrobras, dizem.

Há risco de um grande impacto na estrutura de capital das construtoras. Todos os grupos empresariais de porte normalmente tomam dívidas para investir, mas os grandes fundos não querem mais emprestar para o setor. Nos bancos, a relutância em realizar operações no segmento é crescente.

A situação abre espaço para estrangeiras como a francesa Vinci, que disputa com a GP Investments e a Advent os 25% de participação da OAS na Invepar. A chegada de uma empresa estrangeira, entretanto, nem sempre significa bom negócio para o País. O governo de São Paulo anunciou a rescisão de contratos de 560 milhões de reais com o consórcio espanhol Isolux-Córsan-Corviam, responsável pelas obras na Linha 4 do metrô, por atraso na entrega de quatro estações na capital. Mais de mil ações por descumprimento de contratos, protesto de dívidas, cobranças de tributos e ações de despejo por falta de pagamento foram movidas na Justiça

RICARDO STUCKERT/INSTITUTO LULA, ROBERTO STUCKERT FILHO/PR, MARCELO CAMARGO/AG, BRASIL E FILIPE ARAÚJO/ESTADÃO CONTEÚDO E MARCOS DE PAULA/ESTADÃO CONTEÚDO

ALENTO PARA AS PEQUENAS EMPRESAS

POR ANDRÉ BARROCAL

Sem a certeza de contar com as empreiteiras para tocar as grandes obras de infraestrutura, Brasília vira-se como pode. O programa Minha Casa Minha Vida, que não depende das grandes construtoras, ganhou uma nova meta de 3 milhões de moradias. Se o pacote de ajuste fiscal for aprovado no Congresso, a Fazenda promete apoiar a simplificação de ICMS, PIS e Cofins. O dólar a 2,80 reais começa a favorecer as exportações, e aguarda-se para março um plano oficial de incentivo às vendas externas. Como acaba de acontecer com as pequenas empresas.

Na quinta-feira 26, o governo anunciou medidas pró-empresendedorismo. Se abrir uma empresa é um martírio de 102 dias, promete-se que até junho a espera será de apenas cinco, o que deve tirar o Brasil da incômoda posição 123ª do ranking do Banco Mundial que mede a burocracia. Fechar um estabelecimento, dura missão graças à exigência de certidão negativa de débitos vigente até 2014, agora será possível no mesmo dia. "Precisamos e vamos melhorar nossa competitividade global", disse a *CartaCapital* o ministro Guilherme Afif, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

O governo instituiu ainda um comitê de desburocratização. Diversos órgãos públicos terão de fazer uma faxina em seus procedimentos, identificar os obsoletos e descartá-los. O prazo da triagem é

20 de abril. O passo seguinte será tentar criar um site único para medir a relação de empresá-

rios e cidadãos com o Estado. Para citar uma situação: informações fiscais precisam ser levantadas na Receita Federal. Previdenciárias, no INSS. A ideia é juntar as duas bases de dados e, até o início de 2018, torná-los acessíveis a partir de um único pedido. "Facilitaremos o ambiente de negócios e a vida dos cidadãos", garante Afif.

O ministro acena com benesses em impostos. Na terça-feira 24, ganhou urgência entre deputados a votação de uma lei de alteração do Simples, o regime especial de taxação das pequenas empresas atualmente com 10 milhões de inscritos. O Simples aceita quem fatura até 3,6 milhões de reais por ano. Quem supera o limite cai no sistema normal e, na prática, é taxado em 54% mais. Um desincentivo à expansão dos negócios e um indutor ao desmembramento. A lei prestes a ser votada amplia o limite e atenua a transição de regime. Afif aposta em sua aprovação em 30 dias.

Para o ministro, as medidas em favor das pequenas empresas são particularmente importantes na atual conjuntura. "A situação econômica é difícil. Esse é o tipo de coisa que pode unir a Nação em um mutirão."

Não é certo, porém, que a alteração no Simples terá aval do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. A lei resultará em perda de arrecadação, e Levy lança-se por ora em uma trilha oposta. Luta pela aprovação de um ajuste fiscal com corte de gastos, a começar pelo abono salarial e seguro-desemprego. Na segunda-feira 23, participou de um jantar no Palácio do Jaburu, residência do vice-presidente, Michel Temer, a convite deste. Na mesa, além do vice, toda a cúpula do PMDB, incluídos os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros. Todos sinalizaram apoio ao ajuste. Se Levy parecia um órfão político em Brasília, não é mais. Temer e o PMDB decidiram adotá-lo.



Afif promete eliminar a burocracia

REPORTAGEM DE CAPA

brasileira contra as empreiteiras espanholas Abengoa, Acciona, Essentium e OHL, esta concessionária da BR-116 no trecho São Paulo-Curitiba, recordista em acidentes principalmente por causa da não duplicação em 15 quilômetros da pista na altura da Serra do Cafezal. O Consórcio Teles Pires, construtor da hidrelétrica de mesmo nome, na divisa de Mato Grosso e Pará, concluiu 98% das obras, mas não gerou energia porque o Consórcio Matrinchã, pertencente à chinesa State Grid (51%), não concluiu a linha de transmissão. O atraso é de 19 meses.

O futuro das empreiteiras poderá ser decidido também no governo federal, de forma talvez mais rápida. Com base nas apurações da Lava Jato, a Controladoria-Geral da União abriu em dezembro processos contra a Camargo Corrêa, Mendes Júnior, OAS, Galvão Engenharia, Engevix, Queiroz Galvão, Iesa e UTC-Contran. Os processos baseiam-se na Lei Anticorrupção, de 2013, e não têm prazo de conclusão. O chefe da Controladoria-Geral da União, Valdir Simão, enxerga, porém, uma “grande probabilidade” de as empreiteiras serem consideradas inidôneas.

Não é o interesse do Palácio do Planalto. “O governo defende a manutenção dos empregos e da atividade econômica. E hoje só o que pode evitar o fechamento das empresas são os acordos de leniência”, disse Adams a *CartaCapital*. Para o advogado-geral, não há esperança de as construtoras sobreviverem se forem excluídas das obras e do crédito públicos, como demonstra o caso da Construtora Delta. Declarada inidônea há três anos e quase extinta, pode ser adquirida por um grupo espanhol.

Os acordos precisam, no entanto, ser propostos pelas empresas. Das oito processadas na CGU, só a Engevix e mais uma, com o nome não revelado,

sondaram a Controladoria sobre essa possibilidade. No Cade, a legislação só admite acordo de delação premiada para o primeiro interessado em denunciar um cartel, como fez a Toyo Setal, em novembro. Se o acordo vingar, a empresa conseguirá afastar o risco de prisão dos seus dirigentes, possibilidade inexistente na Lei Anticorrupção. A publicação do balanço da Petrobras com a estimativa dos prejuízos causados pelo esquema de corrupção, prometida para março pelo novo presidente da estatal, Aldemir Bendine, deverá contribuir para a mensuração das perdas.

Previsto na Lei Anticorrupção, o acordo de leniência já foi utilizado em 49 casos no Brasil, na esfera da defesa da concorrência. No mundo, é prática corriqueira. Os Estados Unidos foram os primeiros a adotá-lo, em 1978. A Comissão Europeia utiliza-o desde 1996. Entre 2000 e 2006, o caminho foi seguido por Alemanha, França, Irlanda, Holanda, Reino Unido, Áustria, Grécia, Portugal e Japão. O Canadá e outros países da Europa e da América Latina preparam suas regulamentações.

O acordo exige das empresas colaboração nas investigações, ressarcimento integral ao Erário pelos desvios, apuração de responsabilidades e adoção de medidas para evitar novos delitos. “É uma solução para a punição administrativa, não tem nenhuma função na área penal, portanto, não isenta o criminoso e não impede a produção de provas”, acrescenta Adams.

A resistência é grande. Procuradores da República ligados à Lava Jato pediram ao Tribunal de Contas da União impedir a Controladoria-Geral da União de fechar os acordos com empreiteiras envolvidas na Lava Jato, por recearem a obtenção do benefício em troca de informações já prestadas em delações premiadas e a omissão dessas informações à CGU. Os procuradores desejam que eventuais acordos sejam conduzidos pelo



Ministério Público, “para que as investigações possam avançar”. Alguns ministros do Tribunal de Contas da União defendem os acordos de leniência e argumentam que, se o MP não os aceita, deveria contestá-los na Justiça em vez de pedir ao TCU para impedi-los.

“Dizer que a proposta do advogado-geral da União geraria impunidade e as empresas envolvidas na Lava Jato ficariam livres das sanções penais é um absurdo completo. O sistema de leis da defesa da concorrência inclui as pessoas físicas no acordo e aí, sim, há efeitos na esfera

WERTHER SANTANA/ESTADÃO
CONTEÚDO, NELSON ANTOINE/
FOTOARENA E ANTONIO CRUZ/ABR

A IMINENTE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA BAIANA OAS PODE PROVOCAR UM EFEITO EM CASCATA

Adams busca uma saída. A OAS deixará Guarulhos. E os problemas na BR administrada por estrangeiros

penal, sobre esses indivíduos. Mas a lei anticorrupção não tem essa previsão”, explica o advogado Rafael Valim, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura.

A Lei Anticorrupção visa responsabilizar administrativa e civilmente (portanto, não na área penal) empresas por atos contra a administração pública. O artigo 3º diz, explicitamente, que “a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual dos

seus dirigentes ou administradores ou qualquer pessoa natural autora, coautora ou partícipe do ato ilícito. O texto da lei não dá sustentação, portanto, à alegação de risco de impunidade de dirigentes das empreiteiras. A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilidade individual. O acordo de leniência, tratado no artigo 16, é celebrado pelas autoridades descritas na lei e pela pessoa jurídica, não envolve pessoas físicas. “Então, cai por terra a alegação dessa turma que assinou o manifesto, de que esse acordo teria repercussão na esfera penal”, explica Valim. E acrescenta: “Não livra os indivíduos, não liberta os executivos presos, não tem nada a ver”.

O acordo não exime a Engevix, por exemplo, de pagar os 538 milhões de reais cobrados pelo Ministério Público Federal por danos à Petrobras (a empresa faturou cerca de 3 bilhões de reais

em 2013). Mas tem um impacto na economia e pode representar alternativa para evitar o agravamento dos problemas nas empresas, com repercussões no nível de emprego e no PIB. Mais importante do que possibilitar a redução da multa prevista (a cobertura pecuniária dos danos ao Erário é mantida) em troca da delação, “é o ponto em que AGU busca uma saída. Diz o seu artigo 17: “A administração pública poderá celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos pela Lei nº 8.666, de licitações e contratos, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas estabelecidas nos seus artigos 86, 87 e 88, a saber, advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e declaração de inidoneidade”, observa Valim. “O maior temor é a declaração de suspensão temporária ou de inidoneidade, com proibição de contratos com o setor público por cinco anos. Uma empresa declarada inidônea está sepultada. São firmas cujo faturamento está alicerçado nas contratações públicas. Não há só o lado da empresa. Para o País é uma coisa trágica.”

Há outros riscos. “A Operação Lava Jato é uma das mais relevantes dos últimos anos, apontando para condutas criminosas em quase todos os rincões da República, mas quaisquer diligências, apreensões, suposições e possíveis provas são veiculadas de pronto, com feições de escândalo. A afobação causa falhas no processo, joga todo suspeito no tribunal das redes sociais e pode invalidar as investigações”, alerta o advogado Pedro Estevam Serrano. Como aconteceu com a Operação Castelo de Areia.

Uma reformulação necessária, evidenciada pela crise, é a do sistema de contratações públicas, com a adoção de processos de pré-qualificação adequados e definição de indicadores econômico-financeiros apropriados. Não é aceitável

dar 30% de desconto em uma obra com qualidade discutível e depois arrancar do governo aditivos por conta de alegações quanto a problemas de desapropriações e de projetos. Nas obras do Rodoanel, com prazos estourados e problemas de toda ordem, o desconto médio oferecido é de 24%, informa um consultor do setor.

"No caso da Petrobras, ela tem uma lei própria, que vem do tempo de FHC. Ela faz compras internacionais, tem grandes investimentos, e como a Lei nº 8.666 determina diversos passos e ritos, isso demora muito tempo. Era para permitir que a Petrobras fizesse as contratações mais rapidamente", diz José Roberto Bernasconi, presidente do Sindicato da Engenharia e da Arquitetura. "Mas na hora que você afrouxa, abre as portas, pode acontecer tudo, como vemos no presente momento. A saída é ter um projeto bem

O ACORDO DE LENIÊNCIA NÃO É NOVIDADE NO BRASIL

definido. Defendemos o condicionamento da contratação de obras com dinheiro público a partir do projeto executivo ou projeto completo pronto, com definição precisa do que está sendo pedido. Quem é contratado sabe o que terá de entregar e com que qualidade, o custo está estimado com critério e o prazo, definido."

O rebaixamento da Petrobras levou o governo a temer a perda do grau de

investimento do próprio País. Não é o perigo principal. Depreende-se da leitura de alguns editoriais um interesse cada vez mais explícito em mudar o sistema de partilha do pré-sal e sua substituição, eventualmente, pelo modelo vigente na década de 1990, muito mais favorável às empresas estrangeiras. Na mesma toada de explicitação crescente, o ex-ministro do governo FHC Luiz Carlos Mendonça de Barros, elemento central no escândalo da privatização das empresas de telecomunicações, defendeu em artigo recente a privatização da Petrobras, uma continuação do serviço iniciado naquela época.

Uma ação forte do governo em defesa das empresas e da economia brasileiras, sem qualquer concessão quanto às punições devidas, seria uma sinalização importante, mas Dilma Rousseff, neste momento, não parece

O LIBERAL-AUTORITARISMO

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Ainda me lembro de um seriado da Rede Globo sobre Juscelino Kubitschek. Exibido em março de 2006, os episódios ataçaram nas novas gerações a nostalgia do Brasil que não viveram. A despeito dos estragos das novas tecnologias, alguns jovens conseguem escapar dos devaneios da telinha e se dão ao trabalho de escavar a história. Meus filhos e seus amigos me interpeavam, com suas angústias e esperanças, sobre o desenvolvimentismo. Perguntavam se "Juscelino foi 'tudo aquilo'".

Respondi que no período dito "desenvolvimentista" foram travadas batalhas decisivas e sangrentas pela consolidação do

processo de industrialização. As lutas de Getúlio Vargas fizeram a economia brasileira evoluir entre 1930 e 1945. O fazendão atrasado e melancólico do Jeca Tatu cedia espaço a uma economia urbano-industrial incipiente. Deposto em 1945, Vargas foi eleito em 1950. Retomou o projeto desenvolvimentista. A economia primário-exportadora havia legado deficiências na infraestrutura (energia elétrica, petróleo, transportes, comunicações) e o presidente lançou em 1951 o Plano de Eletrificação, criou o BNDE em 1952 e a Petrobras em 1953.

Seu suicídio em 24 de agosto de 1954 não conseguiu barrar a marcha da industrialização

brasileira. JK ganhou os combates que Vargas concebeu. O Plano de Metas promoveu a modernização dos setores existentes e incentivou a constituição dos departamentos industriais que produzem equipamentos, componentes, insumos pesados e bens duráveis.

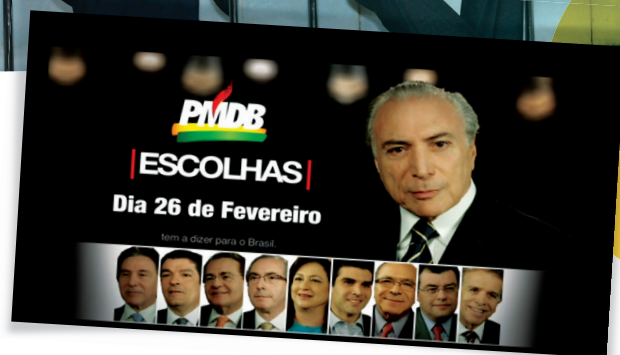
Ao contrário do que pregam os caipiras-cosmopolitas, aquela malta que circula pelo mundo, sem entender nada do que

acontece, o projeto juscelinista integrou a economia brasileira ao vigoroso movimento de internacionalização do capitalismo do pós-Guerra. Por isso, os ultranacionalistas achavam que JK perdeu as batalhas que Vargas teria imaginado ganhar.

Nos 50 anos terminados no início da década dos 80, a economia brasileira cresceu de forma acelerada e viveu notáveis transformações, transitando do

Esta campanha não tratava apenas de petróleo





O PMDB resolveu adotar o ministro Joaquim Levy e se apresenta como o gerente da governabilidade

ter uma agenda capaz de liberá-la de uma mera tática defensiva.

Por ora, quem tomou a frente da reação foi o ex-presidente Lula. Na terça 24, o petista participou, ao lado de sindicalistas e intelectuais, de um ato a favor da Petrobras. Na quarta 25, reuniu-se em Brasília com a cúpula do PMDB. O partido reclama mais poder de decisão no governo. No dia seguinte, iria ao ar a propaganda eleitoral da legenda. Pelo tom, o PMDB se oferece como o garantidor da governabilidade em qualquer hipótese. Ou seja, até se o *impeachment* de Dilma Rousseff se tornar uma probabilidade viável.

O Brasil parece caminhar, neste momento, sobre um fio de náilon esticado acima do abismo. A crise das empreiteiras pode precipitar uma queda livre da economia, que parecia um pesadelo distante no passado. •

*Colaborou André Barrocal

modelo primário exportador para a etapa industrial. O *ethos* do desenvolvimento nasceu da percepção das camadas empresariais nascentes, do estamento burocrático-militar, de algumas lideranças intelectuais e do proletariado em formação de que o objetivo de aproximar o País das formas de produção e de convivência não poderia ser alcançado por meio da simples operação das forças naturais do mercado.

O projeto de industrialização foi construído por meio de alianças políticas, regionais e de classe que não só atraíram os interesses mais retrógrados e reacionários para o bloco desenvolvimentista como selaram compromissos com as forças do internacionalismo capitalista. Algumas características mais marcantes do desenvolvimento brasileiro decorreram da

repactuação continuada deste compromisso: a espantosa persistência da estrutura agrária, a reprodução e ampliação das desigualdades sociais, transportadas do campo para a cidade, o patrimonialismo e o rentismo do sistema bancário, a eterna revolta contra o pagamento de impostos por parte dos endinheirados.

A desorganização dos anos 80, a década perdida, revigorou o cosmopolitismo das camadas dominantes e fez caducar os compromissos firmados em torno do objetivo comum do desenvolvimento. De outro lado, aumentaram as pressões das classes subalternas pelo reconhecimento integral de seus direitos políticos, sociais e econômicos.

Não é por outra razão que o liberalismo transformou-se, outra vez, na força ideológica do-

minante na economia, enquanto os rancores autoritários se insinuam no debate político. Diante da dificuldade de se reconstituir em novas bases um objetivo compartilhado, do visível enfraquecimento financeiro e da submissão crescente do Estado ao poder da nova finança, o liberalismo autoritário aparece como a expressão mágica da possibilidade de resolver os conflitos de interesses no interior das camadas dominantes e, ao mesmo tempo, apresenta-se como um conjunto de propostas reformistas, capaz de bloquear o avanço das classes subalternas na luta pela ampliação de seus direitos.

Nos anos 1990, os "renovados" da periferia sucumbiram às forças da globalização e da integração dos mercados, sobretudo os financeiros. A estratégia de "desenvolvimento"

apoiava-se na abertura comercial (e na valorização cambial) para impor disciplina competitiva aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade. As privatizações e o investimento estrangeiro removeriam gargalos de oferta na infraestrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência.

O neoliberalismo à brasileira dos anos 1990 destruiu a sinergia entre investimento público e privado dos anos de crescimento acelerado. A privatização das empresas públicas removeu um arranjo institucional que garantiu o desenvolvimento da indústria de bens de capital. Isso foi decisivo para impulsionar o processo de desindustrialização. Evaporou-se a sinergia virtuosa entre o gasto público e o investimento privado.

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AG. BRASIL. REPRODUÇÃO E PETROBRAS